



APÊNDICE 1: Produto Educacional



PROFEEI POD



PAPO SOBRE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL



ANGÉLICA IANQUI COUTINHO

Podcast como recurso formativo: a Formação de Professores em Educação Especial na perspectiva Inclusiva no Município de Umuarama-PR

Produto Educacional apresentado como resultado da pesquisa documental, articulando teoria à prática e de modo a contribuir para a formação continuada dos professores do Município de Umuarama-PR.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo.

OUTUBRO/2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) (Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C871p

Coutinho, Angélica Ianqui

Podcast como recurso formativo : a formação de professores em educação especial na perspectiva inclusiva no município de Umuarama-PR / Angélica Ianqui Coutinho. -- Maringá, PR, 2024.
34 f.

Acompanha a dissertação de mestrado: Formação de professores em educação especial. 312 f.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo.

Produto educacional (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), 2024.

1. Formação de professores. 2. Educação especial. 3. Unesco. 4. Organismos internacionais. I. Azevedo, Mário Luiz Neves de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). III. Título.

CDD 23.ed. 371.9

Síntique Raquel de C. Eleutério - CRB 9/1641

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	5
2. O Produto Educacional.....	7
2.1 Breve Histórico dos podcasts.....	8
2.2. Podcast como Recurso pedagógico formativo para os professores.....	10
2.3 Produção do Recurso formativo: Podcast: resultados da pesquisa.....	11
2.3.1 Podcast Episódio #1: As orientações da UNESCO para a Formação de Professores em Educação Especial de 1945 até a atualidade.....	12
2.3.2 Podcast Episódio #2: Resultados do estudo de caso.....	17
Considerações Finais.....	25
Referências.....	26
ANEXO 1.....	29
ANEXO 2.....	31

1. APRESENTAÇÃO

O produto educacional, aqui apresentado, denominado *POD PROFEI UEM* se constitui como resultado das duas primeiras fases do processo de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trata-se da pesquisa bibliográfica e documental. Assim, este produto educacional caracteriza-se como a terceira fase da pesquisa, e envolve a reprodução de um recurso formativo para os professores e/ou pesquisadores. Dessa forma, o *POD PROFEI UEM* realiza a apresentação das bases históricas e contextuais obtidas a partir da pesquisa bibliográfica e documental, que envolve as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) para a formação de professores em Educação Especial. E, também desenvolve a articulação desses resultados para a realização de um estudo de caso sobre a Formação de Professores em Educação Especial na perspectiva Inclusiva no Município de Umuarama-Pr.

Nesse contexto, surge as seguintes problemáticas de estudo para o produto educacional: qual a história da educação especial no município de Umuarama-Pr e suas articulações com as determinações sociais e documentais da UNESCO? Como o município desenvolve as formações para os professores? Estas formações estão articuladas com as orientações internacionais? As respostas a esses problemas envolvem o desenvolvimento de um estudo de caso com levantamento de informações acerca da compreensão e orientação das representantes da Secretaria Municipal de Educação acerca da educação especial e da formação de professores em educação especial na perspectiva inclusiva do município.

A partir do qual foi elaborado o presente produto educacional, que se torna relevante para a pesquisa, pois, une teoria e prática a partir da junção de informações obtidas nas fases documental e bibliográfica da pesquisa. Assim, a respectiva divulgação dos conhecimentos obtidos visa contribuir para que os professores aprofundem seus saberes e signifiquem suas práticas para a construção de ambientes inclusivos.

No decorrer da história, a educação especial e a formação de professores em educação especial foi adquirindo novos moldes segundo seus determinantes políticos, econômicos e sociais que também influenciaram nas orientações da UNESCO para as políticas educacionais no Brasil. Como resultado, apesar dos avanços nas políticas educacionais, decorrentes de um contexto contemporâneo que segundo Baumam (2007) é marcado por realidades fragmentadas e conhecimentos voláteis, percebe-se que a instrumentalização da educação inclusiva ainda

envolve grandes desafios. E o maior deles, está relacionado a formação docente para a organização de práticas curriculares, que possibilitem o acesso de todos aos conhecimentos, delimitando caminhos de acordo com a realidade, níveis e ciclos dos alunos (Pacheco, 2016).

Diante dessa realidade, é necessário que os professores que estão nas escolas, conscientes dos determinantes sociais e lutando contra estes, compreendam a importância da formação para atuarem e responderem aos desafios que a construção de uma escola inclusiva envolve. É preciso desenvolver práticas que respeitem e enxerguem a história de cada um, e que juntos formam a identidade política escolar pois “[...] a diferença não é uma excepcionalidade, mas sim condição constitutiva de todos os seres humanos e nenhuma ação educativa pode ignorar isso” (Libâneo, 2016, p. 57-58).

Nesse sentido, uma educação inclusiva vai além de estar na mesma escola ou na mesma sala de aula, está relacionado as mesmas oportunidades de acesso aos saberes científicos, aos saberes culturais e as reflexões e construções dialógicas para o desenvolvimento da consciência política e coletiva dos homens. É um mecanismo de luta contra as forças das estruturas de capital pelo qual torna-se possível uma formação ética e cidadã para todos. E onde cada um com suas diferenças biológicas, culturais, econômicas, dentre outras, tem o direito de lutar pelo acesso aos conhecimentos e pela valorização da sua história para atuar com poder.

Assim, o podcast *POD PROFEI UEM* é um produto educacional formativo pois tem como público-alvo os professores e a gestão pedagógica do município de Umuarama-Pr. A partir desse instrumento pretende-se então contribuir para a formação continuada destes profissionais, que podem associar os conhecimentos históricos as suas múltiplas influências, principalmente com relação a história e a realidade da educação especial na perspectiva inclusiva e as respectivas iniciativas formativas do município de Umuarama-PR. E, além disso também incentivar a conscientização sobre a necessidade dos professores e profissionais da educação desenvolverem uma atuação ética e política para a continuidade dos avanços e lutas, principalmente através da reflexão sobre as práticas docentes em sala de aula.

Sobre esse viés, o presente produto educacional formativo tem por objetivo geral articular a história da educação especial e de formação de professores em educação especial, a nível internacional de influências, a realidade do município de Umuarama-PR, cuja as informações foram colhidas através de uma entrevista com a Secretária Municipal de Educação e a coordenadora-geral da Secretaria Municipal de Educação do município. E tem por objetivos específicos: a) Possibilitar um estudo das políticas ampliando os conhecimentos dos professores acerca das orientações internacionais da UNESCO; b) Propor a divulgação de informações à

comunidade profissional sobre a formação em educação especial do município, e; c) Instigar reflexões sobre as práticas docentes e sobre a gestão pedagógica, propiciando saberes para a construção de ambientes de fato inclusivos. Logo, a comunicação das informações dessa pesquisa à comunidade profissional do município pode ampliar os conhecimentos desta, tanto acerca do trabalho desenvolvido nesta área, quanto acerca das orientações internacionais da UNESCO. Por outro lado, também surgem benefícios para a área de estudo sobre formação de professores em educação especial que permitirá o conhecimento sobre o trabalho do município, aspecto ainda não abordado em pesquisas acadêmicas e científicas. Assim, compartilhamos nesse produto educacional formativo virtual, desenvolvido no formato de podcast intitulado *POD PROFEI UEM*, os resultados da pesquisa tanto para os participantes do estudo de caso, quanto para a comunidade profissional de professores vinculados a Secretaria Municipal de Educação do município de Umuarama-PR e para qualquer pessoa interessada na temática do estudo.

2. O PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional caracteriza-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e apresenta-se como um recurso formativo capaz de favorecer as práticas pedagógicas à medida que amplia os conhecimentos sobre a realidade articulando teoria e prática.

Segundo Santana (2004), a organização do projeto educacional como procedimento operacional deve compreender algumas etapas: a) Primeiramente envolve a análise da proposta, onde define-se o público-alvo para quem o produto pretende reproduzir as suas contribuições; b) Em seguida, o desenvolvimento do produto está articulado a definição do desenho, isto é, dos objetivos e finalidades pedagógicas do produto educacional; c) Na terceira etapa, o desenvolvimento do produto deve pautar-se em bases teóricas científicas, de modo a respaldar e tornar válidas as suas contribuições, e; d) E por quarta etapa destaca-se a implementação do produto concreto e a respectiva análise dissertativa.

Assim a elaboração do respectivo produto educacional faz parte de um processo formativo contínuo, cuja pesquisa se constitui como alicerce para significar as práticas docentes (Freire et al., 2017). Este estudo foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - COPEP vinculado ao CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), garantindo que os direitos dos



participantes da pesquisa sejam respeitados e preservados. A numeração do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é 68744523.0.0000.0104 conforme apresentado no Parecer consubstanciado do Anexo 1.

A pesquisa envolve o caráter formativo, cujo público-alvo são os professores da educação básica e a gestão pedagógica do Município de Umuarama-Pr. Para contemplar a garantia da formação contínua desses profissionais, buscou-se como estratégia a divulgação de entrevista em formato de podcast tornando acessível o debate sobre conhecimentos necessários ao enriquecimento das práticas docentes na perspectiva da inclusão.

2.1 Breve histórico dos podcasts

A partir do processo de globalização, entendido por Dale (2004, p.436), como “[...] um conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global”, surgem também novas técnicas e meios de comunicação como os podcasts que na atual “era do conhecimento”, vão definindo novas funções sociais para as novas tecnologias de acordo com “[...] as necessidades, valores e interesses” do homem a serviço do capitalismo (Castells, 2005, p. 17). Nesse sentido, o podcast representa de acordo com Lemos (2002) um instrumento de produção de cultura, à medida que surge para ampliar as formas de receber as informações do meio, e de agir sobre o espaço, isto é, possibilita práticas interativas e comunicacionais que ampliam as formas de leitura e de atuação sobre o mundo.

Assim, o podcast como novo instrumento comunicacional surge representando quanto a sua definição, a produção de um ou mais arquivos digitais de áudio (.mp3, .wma, .wav, entre outros) publicados na internet e acessíveis a qualquer momento. Quanto a acessibilidade desses arquivos, eles podem ser baixados para qualquer computador ou dispositivo que reproduza áudios ou também podem ser acessados e reproduzidos de forma on-line via streaming, isto é, por transmissão online em tempo real (Infante, 2006).

Segundo Freire (2013), apesar da similaridade do podcast com o rádio, na prática estes dois instrumentos de reprodução de áudio se diferem, pois nas programações através de rádios, os horários são rígidos, exigindo a disponibilidade dos ouvintes em horários determinados. Já os podcasts representam uma nova ferramenta de comunicação, mais flexível quanto ao acesso e reprodução de conteúdos diversos, segundo o interesse e tempo disponível de cada um. Essa possibilidade é resultado de uma tecnologia chamada RSS (Real Simple Syndication), que a partir de inscrição prévia dos ouvintes, atualiza sobre os novos episódios assim que são

postados.

Na análise da história dos podcasts, recorreremos aos estudos de Nuzum (2020). Para o autor, o ano de 2001 foi o período inicial que demarcou as primeiras iniciativas para a criação desse novo instrumento comunicacional interativo. Assim, a criação do podcast foi impulsionada pela articulação entre dois atores principais: a) Do programador e empresário americano Dave Winer, que se constituiu como pioneiro na utilização da tecnologia RSS para o desenvolvimento de Blogs na internet; b) E também pelo americano Adam Curry que articulou a ideia inicial de Winer para reproduzir arquivos digitais, a exemplo dos blogs, por meio da tecnologia RSS para a reprodução também dos arquivos em áudio. Nesse sentido, Curry buscou tornar os antigos arquivos em áudio do iPod, que na época precisavam ser baixados em outros dispositivos, em formatos mais acessíveis.

Nesse processo, o americano Curry começou a modificar o código aberto de RSS, de modo a demonstrar como seria a implementação de um blog de áudio que ele chamava de blogging. Contudo, ele só conseguiu aperfeiçoar a ideia com o apoio de Winer, que atuaram em conjunto para a criação de um código de feed de RSS, que ao invés de textos informativos de blogs, buscava descarregar arquivos de áudio de maneira automática, a exemplo, do rádio para seus iPods. Essa estratégia, possibilitou o acesso as diferentes formas de comunicações com atualizações automáticas, e contribuiu para o “[...] surgimento de novos ambientes socioculturais, virtuais” (Kenski, 2018, p.2). Logo, a origem do nome “podcasting” se deve a essa relação neológica, combinando a palavra “iPod” com “broadcasting”, que traduzida do inglês, significa transmissão (Nuzum, 2020).

Estima-se que o primeiro feed de podcast foi lançado por Winer e Curry em 20 de janeiro do ano de 2001, através da música “Us Blues” da banda “Grateful”. Nesse período, a iniciativa não representou grande adesão, visto que os dados dos arquivos eram pesados e o download lento, o que também dificultava o acesso aos arquivos. Já no ano de 2003 foram realizadas outras tentativas de divulgação de feeds de podcast por meio do formato denominado “Open Source”. Trata-se da publicação de entrevistas diversas que se desenvolveu através da parceria entre Winer e o radialista Christopher Lydon. Porém, esse formato de podcast também não agradou os ouvintes pela semelhança com os programas de rádio (Nuzum, 2020).

A grande mudança começa a partir do ano de 2004, onde alguns atores se destacaram na popularização e mundialização do podcast: trata-se de Bem Hemersley, que através da publicação intitulada “Audible Revolution” disponibilizada em jornal britânico, divulga as possibilidades inovadoras do podcast. E, também do autor Danny Gregoire que marcando

presença em evento de programadores reconhece as possibilidades dessa nova ferramenta da globalização (Nuzum, 2020).

Assim, articulando esse contexto internacional a realidade nacional, Freire (2013) destaca que a primeira publicação de arquivos em áudio no formato de podcast se desenvolveu no Brasil apenas no ano de 2005, e que nos últimos anos essa ferramenta está se popularizando e ocupando cada vez mais espaço e ganhando novos moldes também em formatos de vídeo.

Dessa forma, na atualidade os podcasts abrangem diferentes gêneros, como os mesacasts onde intercalam-se entrevistas e conversas informais, os podcasts jornalísticos com atualizações diárias, os podcasts de humor, os podcasts de storytelling com narrativas fictícias, os esportivos, educacionais, entre outros. Em síntese, são várias as potencialidades do podcast, e neste produto se faz necessário destacar a sua importância como instrumento político educacional de reflexões para a cidadania. Isso porque o acesso as plataformas de podcasts podem facilitar o acesso aos saberes científicos como espaços de debates e para a construção de experiências e desenvolvimento de novas aprendizagens que incentivem o protagonismo dos homens (Silva, 2019).

2.2 Podcast como recurso pedagógico formativo para os professores

A partir das orientações da UNESCO como resultado das influências sociais, torna-se necessário um profissional docente em constante formação para a atuação na educação especial na perspectiva inclusiva. Assim, divulga-se a necessidade da aprendizagem ao longo da vida, da formação continuada e da formação em serviço. Nesse sentido, o podcast corresponde a uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que articulada ao campo da Educomunicação permite, de acordo com Soares (2011), ampliar as possibilidades dessa mídia na perspectiva educativa e formativa contínua do professor. Ainda segundo Káplun (1999, p. 71) “[...] não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta na vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação”.

Assim, o uso dos podcasts torna-se uma possibilidade interacional de divulgação dos saberes de maneira flexível a disponibilidade dos professores. Segundo Braga (2018, p.7), os podcasts na mesma medida que aproximam esses professores das tecnologias, também “[...] permitir-lhes a absorção de conhecimentos de forma dinâmica” e atrativa, alcançando altos níveis de percepção, reflexão das próprias ações, iniciativas de criação e desejos por

conhecimentos e mudanças (Coutinho, 2005).

Lee & Chan (2007, p. 87) corroboram com essas discussões e entendem que os podcasts tornam-se ferramentas positivas e vantajosas para a formação de professores, à medida que a voz humana amplia as formas de comunicação dos conhecimentos pela “[...] habilidade de ajuste de entonação, inflexão, fraseamento, ritmo, volume, silêncio e timbre”. Assim, entende-se que as mídias em áudio produzem emoção, clareza, significado, motivação e intimidade, o que torna os saberes compartilhados mais significativos (Durbridge, 1984 apud Gribbings, 2007).

Logo, os podcasts podem tornar-se espaços para diálogo e incentivo, o que envolve a criação de redes coletivas de trocas entre pares que ampliam o compartilhamento de experiências e possibilitam novas estratégias para a formação continuada dos profissionais docentes. Nesse processo, segundo Coutinho (2005), a partir dos podcasts, os professores recebem e percebem as informações e em seguida, a partir da reflexão, criam mecanismos para expansão das novas ideias.

Em síntese, diante dessas discussões que apontam as contribuições e as possibilidades do podcast no âmbito da formação de professores, optou-se pela reprodução desse produto educacional de duas formas: a) Em formato de áudio sem recursos visuais disponibilizado no *spotify* como serviço de streaming, e também; b) Em formato de áudio com o apoio de imagens ilustrativas e interpretação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Plataforma do Youtube, a fim de facilitar o acesso ao recurso formativo. Assim, a multiplicidade de estratégias de divulgação do podcast *POD PROFEI UEM* visa contextualizar e ampliar os conhecimentos dos professores e da gestão pedagógica como articuladores no processo de construção de práticas inclusivas.

2.3 Produção do recurso formativo Podcast: resultados da pesquisa

O desenvolvimento do presente produto educacional que foi disponibilizado aos professores, gestores e comunidade que compõe a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Umuarama-PR e também aos pesquisadores, envolveu duas etapas: 1) Primeiramente, uma sessão em áudio sobre os resultados da pesquisa bibliográfica e documental que se constituiu a base para a contextualização da entrevista. Esse episódio versou sobre a evolução das orientações da UNESCO desde 1945 para a Formação de professores em educação especial, e suas influências e intencionalidades de acordo com os aspectos políticos, econômicos e

ideológicos de cada contexto histórico; 2) E, uma segunda sessão pautada no estudo de caso sobre o município de Umuarama-PR através de entrevista junto a SME com questões semiestruturadas e abertas.

Assim, ao final foram desenvolvidos dois episódios em formato de podcast: o primeiro sobre os resultados da pesquisa bibliográfica e documental, e o segundo episódio envolve as respostas e o diálogo com as entrevistadas no estudo de caso. Eles foram divulgados em formato de áudio de duas formas, primeiramente através do *spotify* sem os recursos visuais, e também na plataforma do Youtube com a utilização dos recursos visuais e interpretação em Libras de modo a possibilitar a acessibilidade ao recurso formativo.

2.3.1 Podcast Episódio #1: As orientações da UNESCO para a Formação de Professores em Educação Especial de 1945 até a atualidade

LINK POD PROFEI UEM
EPISÓDIO #1



YOUTUBE
<https://youtu.be/YzazFGqXRAg>



SPOTIFY
<https://spotifyanchor-web.app.link/e/3sJYDgLJ4Mb>

ESCANEE AQUI



No 1º episódio do podcast *POD PROFEI UEM* apresentamos o resultado da pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida durante o Mestrado Profissional (PROFEI/UEM) na dissertação intitulada “Formação de professores em educação especial: as orientações da UNESCO de 1945 até a atualidade” com orientação do professor Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Assim, o problema que a pesquisa buscou solucionar é: Quais são as orientações da UNESCO no que tange a formação de professores em educação especial de 1945 e sua relação com o contexto social de cada época?

Para responder a essa problemática, apresentamos no podcast os três passos percorridos durante a pesquisa que envolveu: 1) Um estudo sobre como foi a evolução da concepção de educação especial nos documentos da UNESCO; 2) A análise dos documentos da UNESCO produzidos desde 1945, buscando informações sobre a formação de professores em educação especial; 3) E a análise das características do contexto social, de cada período, desde 1945 estabelecendo sua relação com as orientações obtidas através da análise aos documentos da UNESCO.

Assim, desvelamos que historicamente, em cada período, a sociedade passa a defender a perspectiva da educação especial que melhor atende as necessidades dos aspectos sociais, isto é, que possam contribuir com o desenvolvimento econômico, político e ideológico das nações. Assim, as Organizações Internacionais, a exemplo da UNESCO, participam desse processo de internacionalização através da elaboração das respectivas orientações, onde observamos nos documentos a defesa da especificidade de três fases da educação especial que melhor atendiam as necessidades de cada período: a segregação, a integração, e a inclusão. Isso porque segundo Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011) a educação e a cultura se moldam em uma relação mútua de influências, construindo valores, concepções de homem e de sociedade. E cada um desses contextos também influenciou nas orientações para a formação de professores em educação especial.

Dessa forma, a partir da análises aos vinte e cinco documentos produzidos pela UNESCO, constatamos a aproximação das exigências de habilidades e de formação de um novo homem dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos quanto as características de cada período, as exigências realizadas para a formação de professores em educação especial em três momentos diferentes: 1) No pós-guerra (1945-1960); 2) Durante as iniciativas desenvolvimentistas (1960 a 1990) e; 3) Após 1990 quando das iniciativas neoliberalistas de Terceira Via.

Primeiramente, no período pós-guerra identificamos as seguintes informações: a) As orientações da UNESCO se aproximam a defesa da perspectiva de segregação da educação especial que se articulava a assistência no período, para a reabilitação e proteção dos homens que voltavam das guerras com deficiências. Esses documentos reforçam a necessidade de formações aos professores dos atendimentos da educação especial sob um discurso justificador, isto é, para conter problemas que envolviam o preconceito e intolerância originária das guerras que causavam os problemas de higiene, doenças e pobreza associadas no período as deficiências; b) Identificamos como descritores utilizados nos documentos que se aproximam de um olhar articulado para a figura do professor da educação especial no período, termos como “pessoas ativas”, “serviços sociais indispensáveis” e “técnicos” que atuavam em escolas e/ou classes especiais separadas das escolas regulares para a reabilitação das pessoas; c) As orientações para a formação desses profissionais da educação especial voltam-se a assistência diante da necessidade de fornecer os conhecimentos e os valores morais e culturais para a prevenção de conflitos, proteção social, reabilitação, prevenção das deficiências e diminuição das vulnerabilidades. Como estratégias formativas percebemos nos documentos o incentivo para que os Estados atuem para oportunizar a oferta de cursos e atividades extracurriculares, conferências, acesso a impressos, intercâmbios e missões que se articulam a formação em nível técnico-profissionalizante para assistência;

No período das iniciativas desenvolvimentistas, identificamos as seguintes informações: a) As orientações da UNESCO se aproximam a defesa da perspectiva de integração da educação especial. Esses documentos reforçam a necessidade de formações aos professores dos atendimentos da educação especial nessa perspectiva sob um discurso justificador, isto é, para conter problemas que envolviam as desigualdades nos ambientes sociais e familiares que intensificavam a violação dos direitos humanos e a instrução profissional e intelectual para a participação produtiva requerida; b) Identificamos como descritores utilizados nos documentos que se aproximam de um olhar articulado para a figura do professor da educação especial no período, termos como “categoria”, “professores de deficientes”, “pessoal especializado” e “professor especializado” que atuavam em escolas e/ou classes especiais dentro das escolas regulares para a normalização de pessoas; c) As orientações para a formação desses profissionais da educação especial voltavam-se a necessidade de desenvolver os conhecimentos, sob viés médico e psicopedagógico, para adaptação as múltiplas funções necessárias em sala de aula. A exemplo das novas responsabilidades para os professores, identificamos a necessidade de realizar os cuidados, a detecção precoce, a assistência, o

tratamento, a reabilitação, o encaminhamento aos serviços, a preparação para o mundo do trabalho e a libertação das vulnerabilidades. E como estratégias formativas percebemos também nos documentos o incentivo para que os Estados e/ou setores privados atuem para oportunizar a oferta de formações para a utilização de equipamentos tecnológicos, o incentivo a pesquisa com bolsa para a formação especializada, acesso a impressos, os intercâmbios, e a necessidade dos especialistas atuarem para a formação de multiplicadores, isto é, à medida que se oportuniza o acesso aos saberes de um profissional, este deve perpetuar esses conhecimentos aos outros profissionais, que articulam-se a formação em nível técnico e/ou superior para as deficiências.

E no período a partir de 1990, que envolve as iniciativas neoliberalistas de Terceira Via, identificamos as seguintes informações: a) As orientações da UNESCO se aproximam a defesa da perspectiva de inclusão da educação especial. Esses documentos reforçam a necessidade de formações aos professores dos atendimentos da educação especial nessa perspectiva sob um discurso justificador, isto é, para conter problemas como as atitudes docentes que reforçam as diferenças e as respectivas dificuldades na organização das escolas para a diversidade que intensificam a falta de consciência da sociedade e da escola que ainda reproduz o preconceito e as desigualdades sociais; b) Identificamos como descritores utilizados nos documentos que se aproximam de um olhar articulado para a figura do professor da educação especial no período, termos como “professores especialistas”, “pessoal especializado”, “pessoal de apoio/suporte”. Que agora podem atuar nos atendimentos especializados dentro das escolas regulares, de forma colaborativa e complementar a escolarização que começa nas classes comuns para a promoção da paz, da liberdade e da justiça social; c) As orientações para a formação desses profissionais da educação especial voltam-se a necessidade de desenvolver inicialmente os conhecimentos, habilidades e competências para a prevenção, conscientização e construção das aprendizagens necessárias sobre os direitos humanos, a justiça social e os direitos das PcDs para atender a toda a diversidade. Esses saberes devem anteceder quaisquer formações específicas as deficiências e também se estendem aos professores capacitados das classes comuns, pois todos devem ter acesso a conhecimentos sobre educação especial para atuar no âmbito da inclusão. Assim, os documentos demonstram um discurso mais flexível para as formações, em que os Estados e/ou setores privados atuem para incentivar a autonomia dos professores, cujas formações devem ser permanentes através da formação inicial para a diversidade para ambos os professores, continuada para a especialização e principalmente em serviço através do aprender a aprender em colaboração.

Portanto, percebemos que as orientações da UNESCO para a educação especial e para a formação de professores em educação especial se articulam ao projeto de novo homem de cada período que é influenciado pelas determinações dos aspectos sociais. Dessa forma, percebe-se que na atualidade, a UNESCO ao reconhecer o professor como a peça chave para a construção das práticas inclusivas, incentiva também que os professores do atendimento ao público-alvo da educação especial (PAEE)¹ tenham uma formação permanente que deve se articular a formação em serviço e também a oferta de uma rede de apoio, e a disponibilidade de recursos e formações contínuas, que podem ser facilitadas pelo modelo de multiplicadores e através da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Essas formações, de acordo com a UNESCO, devem contribuir para que os professores avaliem as suas práticas constantemente de modo a colaborar para a construção de novas aprendizagens em serviço, e para que estabeleçam um diálogo com todos os atores das escolas, inclusive os familiares das pessoas com deficiências (PcDs). Nesse contexto, também é necessário que os professores tenham flexibilidade para a organização do currículo a fim de ajudar os estudantes no acesso aos conhecimentos. Após reconhecidas essas intencionalidades, realizamos no segundo episódio a articulação dessas informações com a realidade do município de Umuarama-Pr sobre a educação especial e a Formação de Professores em Educação Especial na perspectiva da inclusão.

¹ O Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) é aquele descrito na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008): pessoas com deficiência, Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2.3.2 Podcast Episódio #2: Resultados do estudo de caso

LINK POD PROFEI UEM EPISÓDIO #2



CLIQUE AQUI

YOUTUBE

<https://youtu.be/PlIcWbH1gCY>



SPOTIFY

<https://spotifyanchor-web.app.link/e/t0gjvfLJ4Mb>

ESCANEE AQUI



Segundo Gil (2002, p.54), “[...] O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste no estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Essa etapa da pesquisa visa detalhar a realidade da cidade de Umuarama, Estado do Paraná, quanto ao atendimento em educação especial no município. Dessa forma, o objeto de estudo desta etapa da pesquisa consistiu nas respostas das entrevistadas às perguntas previamente elaboradas, em formato de entrevista semiestruturada e aberta com duas funcionárias da Secretaria Municipal de Educação que são responsáveis por planejar e orientar as ações que conduzem os docentes acerca da educação especial na perspectiva da inclusão no município. Essas funcionárias são a

Secretária Municipal de Educação, Mauriza Gonçalves de Lima Menegasso e a coordenadora-geral da Secretaria Municipal de Educação do referido município, Elisangela Alves dos Reis. Essa população escolhida para o estudo de caso justifica-se pelo fato de ambas as entrevistadas estarem envolvidas diretamente com o assunto a ser abordado no estudo, por serem as responsáveis pela consecução de todas as ações que envolvem a educação inclusiva no município e por serem as responsáveis por conhecer e aplicar as orientações advindas dos OI acerca da formação de professores em educação especial no município.

Dessa forma, a entrevista contou com cinco questões previamente elaboradas, que trataram da investigação sobre os documentos legais e as orientações do município para a formação de professores em educação especial e que foram direcionadas às duas funcionárias mencionadas, sendo que foi dada a oportunidade para ambas apresentarem suas respostas às perguntas, que compuseram o segundo episódio do produto educacional. Nesse sentido, como resultado do estudo de caso realizado nesse segundo episódio do *POD PROFEI UEM*, as respostas as perguntas das participantes foram registradas abaixo e articulam-se as ações da SME no município:

Questões da Entrevista	Resultados do Estudo de Caso
<p>1-Documentos da UNESCO apontam que o professor é a chave para a construção das escolas inclusivas e ressaltam a importância da construção de uma rede de apoio, e de disponibilidade de recursos, sobretudo, com a efetivação de uma proposta contundente de formação e instrumentalização docente para o trabalho cotidiano da sala de aula inclusiva. Nesse sentido, quais as práticas que o município desenvolve para valorização profissional de modo a contribuir com esse processo de formação dos professores?</p>	<p>A SME de Umuarama-PR desenvolve iniciativas no âmbito formativo para dar subsídios aos professores que atendem ao Público-alvo da educação especial (PAEE) e de toda a escola, pois entende que todos devem compreender e colaborar para a construção de práticas inclusivas. Essas práticas se articulam a oferta de:</p> <p>1) Ações técnicas: o que envolve a cultura profissional das formações disponibilizadas todos os dias. Nesse sentido, a SME desenvolve a oferta de formação continuada que se articula a: a) Temáticas específicas sobre a educação especial; b) Saberes específicos sobre cada componente curricular e; c) Capacitações no âmbito das tecnologias. Essas formações são oferecidas para toda a rede colaborativa e gestores que compõem o ambiente escolar, possibilitando as ferramentas e estratégias que possam ser aplicadas para apoio nas práticas pedagógicas diárias. E, para que possam desenvolver uma sensibilidade para escuta e entendimento emocional, psicológico e pedagógico dos estudantes no enfrentamento aos desafios da sala de aula. Ainda, segundo relato das participantes da pesquisa, essas iniciativas formativas também se desenvolvem com a parceria das Universidades, de modo a estimular os professores nos respectivos estudos e reflexões sobre os conhecimentos específicos sobre a educação especial que são importantes para o desenvolvimento das suas práticas na perspectiva da inclusão.</p> <p>-Ações Físicas: envolve uma conquista recente do município, trata-se do suporte da rede de apoio disponibilizada aos professores que atendem ao PAEE. Iniciativa que envolve a</p>

	<p>atuação de outros profissionais da educação que compõem a equipe multiprofissional, a exemplo de psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e especialistas em educação especial. Nessa perspectiva, também são realizadas visita <i>in loco</i> nas unidades escolares para escuta e orientação aos professores, cujo trabalho envolve a organização de práticas colaborativas.</p> <p>-Ações mentais e psicológicas de apoio aos profissionais: à medida que se compreende que o professor é a chave do processo para a instrumentalização dos saberes na sala de aula conforme orientações da UNESCO, se entende que nenhuma tecnologia substitui um professor. Dessa forma, a SME também desenvolve ações que se articulam a escuta psicológica dos professores da educação especial, de modo a possibilitar a formação dos docentes em sua integralidade, pois antes de ser bons profissionais, é necessário que os professores sejam excelentes pessoas com a sensibilidade para olhar os alunos em suas individualidades.</p>
<p>2-Os documentos da UNESCO demonstram que barreiras atitudinais podem prejudicar a constituição de uma educação inclusiva. Nesse sentido, destaca que para que essas barreiras sejam transpostas torna-se necessária uma estrutura com condições adequadas para o trabalho do professor e, também o trabalho de conscientização com as famílias e comunidades. Isso pode envolver práticas de discussão sobre os direitos humanos e, também, abrir as portas das escolas para a construção coletiva dos processos educacionais. Com base nessas orientações, o município juntamente com as escolas promove algum projeto de parceria e conscientização com a comunidade de modo a desenvolver um trabalho conjunto entre os professores e as suas famílias? É valorizado o diálogo entre os professores e a comunidade para a construção de práticas na perspectiva inclusiva?</p>	<p>A SME desenvolve iniciativas para que as barreiras atitudinais sejam transpostas. Estas práticas começam dentro das escolas com o trabalho diário e colaborativo de todos os professores e envolve a parceria com as famílias, alunos e comunidade, onde o PAEE está inserido e se constitui como sujeito histórico e social. Nesse sentido, a SME ressalta o importante papel das unidades escolares de modo a: a) Trazer a família para a escola; b) Conscientizar a comunidade e; c) Promover ações culturais que estimulem o pertencimento dos estudantes PAEE como sujeitos de direitos a partir da organização de ambientes acolhedores na perspectiva da inclusão.</p> <p>Dessa forma, para desenvolver um diálogo com as famílias e pensar nas necessidades dos estudantes, são organizadas pelas escolas campanhas e eventos de conscientização e sensibilização na comunidade sobre os direitos humanos que buscam ajudar a desmistificar o preconceito e promover uma cultura de respeito nas escolas e na sociedade. De acordo com a SME do município, esses objetivos ainda se constituem como os grandes desafios sociais, pois a escola é apenas um mecanismo que acaba refletindo as influências que também recebe de fora. Assim é necessário que a sociedade externa compreenda o contexto, respeite as necessidades individuais de cada um a partir do princípio de que todos são capazes de aprender. E, que nesse processo, também devem colaborar para eliminar as barreiras atitudinais e estruturais que estão presentes para além dos muros escolares.</p> <p>Nesse sentido, a SME enfatiza que os professores também devem atuar nesse trabalho de sensibilização da comunidade. À exemplo das temáticas trabalhadas nas iniciativas de conscientização das escolas foram citados o: Dia Mundial do Autismo²; o Dia da</p>

² O Dia Mundial de Conscientização do Autismo foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, sendo comemorado no dia 2 de abril. A data volta-se a conscientização sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que envolve dentre outras características, apresentadas em diferentes graus, a dificuldade de interação e os comportamentos repetitivos. As orientações internacionais que reafirmam os respectivos direitos fundamentais constam na Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiências que foi ratificado pelo Brasil com equivalência de Emenda Constitucional no dia 9 de julho de 2008, pelo Senado através do Decreto Legislativo nº 186. E, em agosto, o Governo Brasileiro depositou esse instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral na sede da ONU. Sendo promulgado, um ano depois pelo Presidente da República através do Decreto nº 6.949 em 25 de agosto de 2009.

	Consciência Negra e a ação colaborativa das escolas para ajudar nas campanhas de vacinação que envolve a conscientização dos familiares, entre outras.
<p>3-Nos documentos da UNESCO são elencadas algumas sugestões para a formação continuada dos professores a partir de suas demandas, como modelos de multiplicadores e o uso de TICs por exemplo, de modo a facilitar o acesso e permitir que os professores possam aprender com suas experiências. Isso pode favorecer a efetivação de um novo paradigma educacional com novas ideias sobre aprendizagem e modos de ensinar, provendo aos professores conhecimentos para que avalie constantemente os processos pedagógicos. Logo se torna essencial refletir sobre as práticas pedagógicas e promover uma autoavaliação para desenvolver uma educação inclusiva efetiva. A partir dessas orientações como o município orienta os professores sobre esses processos de avaliação de suas práticas pedagógicas? São oferecidas formações continuadas para os professores nessa perspectiva?</p>	<p>A SME de Umuarama-PR entende que a autoavaliação do professor sobre as suas práticas pedagógicas e a troca de ideias com os colegas, famílias e alunos são estratégias primordiais para o desenvolvimento profissional docente e para que estes possam entender seus alunos e rever constantemente suas práticas. Nesse sentido, a SME compreende que o foco das estratégias formativas desenvolvidas pelo município no âmbito das tecnologias para os professores que atendem ao PAEE, tem por objetivo essencial promover a respectiva instrumentalização, pois estas ferramentas devem ser utilizadas como meio de comunicação e expressão, a fim de incentivar o movimento de inclusão. Estas iniciativas envolvem um olhar para as demandas individuais dos estudantes e também se articula ao Desenho Universal de Aprendizagem (DUA)³. Dessa forma, como estratégias para oportunizar essa abordagem, segundo abordagens das entrevistadas, o município desenvolve para toda a rede e para os professores das salas de recursos multifuncionais (SRM):⁴</p> <p>a) As formações contínuas sobre temáticas específicas, onde os profissionais têm a possibilidade de refletir criticamente sobre suas práticas e podem fazer sugestões através de formulários disponibilizados ao final de cada encontro através do aplicativo do google;</p> <p>b) As formações durante a hora-atividade, onde os professores desenvolvem atividades sob quatro óticas que envolve o planejamento, a avaliação, o atendimento e o estudo. Dessa forma, a SME incentiva os professores a incorporarem as tecnologias nas suas propostas e práticas pedagógicas. Á exemplo, destacou-se que foram adquiridas pelo município as mesas digitais para a educação especial a fim de facilitar o uso intencional pedagógico para acessibilidade do PAEE. Assim, as SRM, possibilitam a utilização de mais recursos para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, de modo a facilitar a eliminação das barreiras e o acesso com equidade aos diferentes saberes.</p> <p>c) E, também as formações de assessoramento pedagógico que compõe as atividades pedagógicas diversificadas (APDs) e que envolvem as práticas colaborativas de construção. Nesse momento, são proporcionados aos professores oportunidades</p>

³ O Desenho Universal de Aprendizagem – DUA (UDL na língua inglesa) defende um currículo flexível com opções personalizadas a fim de que todos os alunos tenham a possibilidade de ter acesso as aprendizagens “[...] a partir de onde eles estão, e não de onde nós imaginamos que estejam” (Sebastián Heredero, 2020, p. 736). Nesse sentido, partimos do conceito desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos, onde o DUA corresponde às referências cientificamente válidas desenvolvidas para guiar as práticas educativas, de modo a garantir a “[...] flexibilidade nas formas que as informações são apresentadas, nos modos que os estudantes respondem ou demonstram seus conhecimentos e habilidades, e nas maneiras que os estudantes são motivados e se comprometem com seu próprio aprendizado. b) Reduz as barreiras na forma de ensinar, proporciona adaptações, apoios/ajudas e desafios apropriados, e mantém altas expectativas de êxito para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências e os que se encontram limitados por sua competência linguística no idioma da aprendizagem” (Sebastián Heredero, 2020, p. 737).

⁴ Segundo o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, em seu Art. 3º Parágrafo 1º, a SRM se constitui como "ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”.

	<p>para trocas de experiências de modo que possam refletir e compartilhar suas práticas seguindo a técnica dialógica do “Que bom! Que pena! E, que tal!”. Essas iniciativas envolvem a participação das coordenadoras da educação especial e da equipe pedagógica com a articulação da equipe multiprofissional a fim de associar a teoria a prática, e de modo que possam aprender uns com os outros através das suas experiências. Nesse processo, o município contratou uma empresa onde são oportunizadas formações da COTED (Consultoria em Tecnologia e Educação) através do aplicativo <i>Classroom</i> do google. A partir dessa formação, os professores têm a oportunidade de aprender sobre o uso das ferramentas tecnológicas, á exemplo, foi citada a utilização do Drive que se constitui como ferramenta oportunizada pelo google, para desenvolver os planejamentos pedagógicos. Essas iniciativas favorecem, de acordo com as participantes da pesquisa, o compartilhamento, a pesquisa, o acompanhamento e a dinamicidade do plano de trabalho docente que agora torna-se um jogo que é elaborado pela Rede Colaborativa Digital, e não mais apenas um impresso.</p>
<p>4- O currículo é definido pelos documentos da UNESCO como: “Todas as experiências organizadas que as escolas oferecem para ajudar as crianças a aprender e se desenvolver”. Compreende-se que este deve ser flexível o bastante para permitir que o professor busque soluções para suprir os impedimentos de cada aluno com adequações individuais permitindo a inserção deste nos processos de ensino-aprendizagem e participação escolar. A partir dessas informações, como a Secretária de Educação do município de Umuarama orienta as práticas educativas inclusivas dos professores sobre a flexibilização do currículo nesse processo?</p>	<p>Segundo falas das participantes da entrevista, o currículo envolve a seleção de conteúdos socialmente válidos para a criança que se divide em diferentes graus de aprendizagens. Nesse processo, a SME entende que o currículo deve ser flexível, mas ressalta que é desafiador para o professor pensar nessas adequações diante das barreiras formativas ainda existentes.</p> <p>Nesse sentido, o município desenvolve orientações em suas formações e documentos para que os professores reflitam sobre a importância das adequações curriculares individuais que supra as necessidades de cada estudante, o que também envolve a confecção de materiais didáticos diferenciados. Dessa forma, um importante recurso estratégico utilizado pelos professores do município que atendem ao PAEE é o Plano Educacional Individualizado (PEI).⁵ Pois a partir desse recurso podem ser feitas adequações nas práticas pedagógicas de: ajustes de conteúdos, de métodos de ensino, nas avaliações, nos ambientes de aprendizagens e através da utilização de materiais didáticos diferenciados. Nesse processo, são detalhadas as adequações necessárias para cada estudante, materializando o que fazer todos os dias, e de modo a orientar o professor no processo de construção das práticas inclusivas.</p> <p>As participantes da pesquisa destacam ainda que o PEI é desenvolvido colaborativamente nas escolas do município, com a participação dos professores especialistas da educação especial e quando possível com a participação dos próprios alunos e seus familiares para pensar em alternativas dentro da sala regular para oportunizar o acesso as aprendizagens com equidade para todos os estudantes.</p>
<p>5- No Brasil, as políticas de educação inclusiva foram e vem sendo construídas alinhadas com a história, a política e a economia do país,</p>	<p>De acordo com as participantes dessa pesquisa, a rede de educação municipal de Umuarama-PR vivenciou toda a evolução histórica e política nacional que perpassou pelas três concepções de Educação Especial, que são elas:</p>

⁵ O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta elaborada colaborativamente para atender as necessidades individuais dos estudantes. Trata-se de um planejamento que permite a flexibilidade do currículo e considera as habilidades e conhecimentos prévios dos estudantes para a elaboração de objetivos de curto, médio e longo prazo que podem envolver adequações nas metodologias, na avaliação, no tempo e espaços a serem utilizados durante as experiências de aprendizagens (Pacheco et al., 2007) .

demarcando três concepções/momentos diferentes. São eles: **segregação, integração e inclusão**. Como a Secretaria Municipal de Educação observa esse processo de evolução histórica da educação especial no município de Umuarama? Quais as instituições que fizeram parte desse processo no município e quais as ações, projetos e políticas que são consideradas como marcos para a efetivação de uma educação inclusiva e que estão sendo implementadas atualmente em Umuarama?

a) Durante a defesa da **segregação** como melhor forma de organização da educação especial, as PCDs no município tinham pouco acesso ao seu direito de cidadania de ir e vir e de estar nos espaços sociais e de convivência;

b) Quando surgiu a defesa da perspectiva de **integração** como melhor forma de organização da educação especial, as PcDs tiveram a possibilidade no município de chegar aos ambientes educacionais através das classes especiais que funcionavam dentro das escolas comuns.

c) E a partir do ano de 2008 a SME de Umuarama (PR) começa a retirar essas mesmas classes especiais das escolas comuns a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008) como resultado da Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das PcDs. Assim, a educação especial passa a ser defendida, preferencialmente, como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, com atuação complementar e/ou suplementar para todos nas salas regulares através dos atendimentos especializados nas SRM. Esse cenário, de acordo com as entrevistadas envolveu grande resistência dos familiares, da comunidade e dos professores do município.

Na atualidade, se observa um grande aumento das matrículas do PAEE nas escolas regulares e a SME destaca que as ações desenvolvidas, inclusive no âmbito das formações continuadas para os professores, visam contribuir para atender as reais necessidades das PcDs, o que está previsto no Plano Municipal de Educação (PME)⁶ do município que regulamenta as metas para os próximos dez anos, de modo a incentivar a construção de práticas inclusivas, que ainda perpassa por desafios infinitos. Assim, as entrevistadas também destacam a necessidade da parceria entre os setores públicos e a sociedade e seus respectivos movimentos sociais para compreender e ajudar a perpassar pelos desafios de cada contexto.

Nesse processo, a SME também reconhece que as políticas educacionais que foram desenvolvidas a nível nacional também se constituíram como marcos legais para o município, orientando o modo como a educação especial se organizou em cada período e se desenvolve na atualidade, com respaldo da:

- a) Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB - Lei n° 9394/96) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei n° 8069/90) que trata da proteção integral à criança e ao adolescente.
- c) Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Nomeado pela Portaria n° 555/2007, prorrogada pela Portaria n° 948/2007 e entregue ao Ministério da Educação em 2008). Este

⁶ O Plano Municipal de Educação – PME, estabelece as metas educacionais para os próximos dez anos. Ela se articula ao Plano Nacional de Educação, através da Lei Federal n° 10.172, de 09 de janeiro de 2001 que entende que o Plano estadual é elaborado “[...] em consonância com o Plano Nacional e, em seguida, dos Planos Municipais, também coerentes com o Plano do respectivo Estado, devendo, estes três documentos, comporem um conjunto integrado e articulado” (BRASIL, 2001).

	<p>documento defende a perspectiva da inclusão como um direito humano fundamental.</p> <p>d) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015) que busca assegurar e “[...] promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).</p> <p>Dessa forma, as participantes da entrevista destacam que a SME do município busca incentivar uma educação que reconheça e valorize toda a diversidade de modo a garantir que todos os estudantes possam participar e aprender em um ambiente comum a partir do DUA. À exemplo, a SME destaca a conquista recente em que são os professores com formação em nível superior que atuam como apoio nas classes regulares, visto que anteriormente eram estagiários em processo formativo que desempenhavam essa função.</p> <p>Portanto, como principais estratégias elencadas nessa entrevista para garantir a flexibilidade e a equidade nas escolas, foram citadas: a) O desenvolvimento do PEI com a adequação das estratégias pedagógicas, curriculares e de acessibilidade que envolvem também os recursos pedagógicos para suporte as escolas e a utilização das tecnologias assistivas; b) E o incentivo da formação continuada dos professores que atendem ao PAEE, inclusive com momentos de trocas e assessoramento que visam colaborar com o processo de construção das práticas inclusivas.</p>
--	---

QUADRO 1: Resultados da pesquisa de caso/ Fonte: próprio autor

Assim a partir dos dados obtidos nas respostas das participantes dessa entrevista, foi possível desvelar que a SME do município de Umuarama-PR entende que o professor é a chave do processo de inclusão e que as barreiras formativas ainda se constituem como um grande desafio. Nesse sentido, são pensadas estratégias para contribuir com o contínuo processo de construção das práticas inclusivas no município, que foram sintetizadas através dos seguintes resultados apontados para essa pesquisa de caso:

- 1) O município desenvolve práticas para valorização profissional que se articulam a integralidade formativa do professor que atende ao PAEE, à medida que disponibiliza a formação continuada, o assessoramento pedagógico com suporte de equipe multiprofissional para trocas de experiência, e realiza a escuta psicológica dos professores de modo a contribuir para o desenvolvimento profissional docente;
- 2) O município juntamente com as escolas promove eventos e campanhas que buscam conscientizar a comunidade sobre as barreiras atitudinais que perpassam os muros escolares. E, nesse processo os professores assumem papel primordial comunicando durante os atendimentos e reuniões sobre as possibilidades ilimitadas de todos os estudantes de aprender e de modo a colaborar com a luta histórica que envolve a

desmistificação do preconceito que visa promover uma cultura de respeito nas escolas e na sociedade;

3) O município orienta os professores sobre os processos de avaliação das respectivas práticas pedagógicas, ao passo que nas formações continuadas possibilita que os professores deem suas contribuições ao final de cada formação através de formulário online; e possibilitam a troca de experiências, por exemplo, através do assessoramento presencial e por meio do trabalho colaborativo nos planejamentos compartilhados em Drive;

4) A SME de Umuarama incentiva a flexibilidade das práticas curriculares, principalmente, orientando que os professores produzam em colaboração com seus pares e comunidade, os ajustes que atendam as necessidades individuais de cada estudante através do PEI. E, nesse processo também realiza formações contínuas para instrumentalizar os professores sobre a necessidade de adequação dos materiais e estratégias para a equidade no acesso as aprendizagens;

5) E, quanto o percurso histórico da educação especial no município de Umuarama-PR, as participantes relataram que o município perpassou pelas três concepções históricas e políticas de educação especial, que são elas: a segregação, a integração e a inclusão. E que o grande marco para o aumento das matrículas na perspectiva da inclusão foi a Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Nesse processo, salientam também os desafios atitudinais e formativos atuais, e que para lutar contra as diferentes barreiras é necessário o trabalho colaborativo, o diálogo, a troca de experiências, a escuta, as formações de suporte e de apoio para a construção das práticas inclusivas.

Portanto, se percebe a articulação das iniciativas desenvolvidas pelo município com as orientações da UNESCO para a Formação de Professores em educação especial, principalmente através do incentivo ao trabalho colaborativo. Essas iniciativas voltam-se ao enfrentamento dos desafios vivenciados pelos professores que atendem ao PAEE nos espaços escolares. Dessa forma, quando é oportunizado a realização de debates aos professores sobre a diversidade e trocas de experiências coletivas nas formações continuadas, os conflitos escolares se tornam possibilidades para as aprendizagens de acordo com Scavoni (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver um recurso didático, na forma de podcast voltado para a formação dos professores e a gestão pedagógica, almeja-se contribuir para a divulgação de conhecimentos necessários para que eles compreendam e atuem sobre a sua realidade de modo a construir espaços e práticas de fato inclusivas. Dessa forma, o produto foi desenvolvido em formato de podcast em dois episódios, o primeiro divulgou os resultados da pesquisa bibliográfica e documental da dissertação, e o segundo episódio está organizado em formato de entrevista com cinco questões previamente elaboradas sobre a história da educação especial do município e as respectivas iniciativas formativas para os profissionais da educação.

Assim no primeiro episódio do *POD PROFEI UEM*, percebemos que as orientações da UNESCO para a educação especial perpassam pela defesa nos documentos das concepções de educação especial que melhor atendiam as necessidades dos aspectos sociais em cada período, que são a segregação, a integração e a inclusão. E, que as orientações para a formação de professores em educação especial se articulam a esse contexto, isto é, se aproximam historicamente do projeto de novo homem idealizado pelos aspectos sociais para atender as necessidades de cada período.

No segundo episódio, desenvolvemos um estudo de caso sobre o município de Umuarama- PR, para articulação da história da educação especial e de formação de professores em educação especial, a nível internacional de influências da UNESCO, as iniciativas que o município desenvolve. Dessa forma, no estudo de caso foi possível compreender que a história da educação especial no município é marcada também pelas concepções de segregação, integração e inclusão, perpassando em cada período pela concepção de educação especial internacionalizada historicamente, como a melhor forma de organização dos espaços para atender as PcDs.

Desvelamos também os modos como o município desenvolve as formações continuadas dos professores que atendem ao PAEE, que volta-se: a) As formações técnicas sobre temáticas específicas da educação especial, saberes dos componentes curriculares e sobre as TICs para suporte aos professores em suas práticas; b) As formações físicas que envolvem as visitas *in loco* e as atividades de assessoramento da gestão e da equipe multiprofissional, inclusive nos momentos de hora-atividade dos professores, e; c) A formação psicológica que envolve a escuta e a valorização da rede de apoio que atuam nas salas regulares e na SRM, para que estes docentes também tenham um olhar sensível para as necessidades individuais das crianças a

partir da utilização do PEI.

Portanto, concluímos que apesar dos desafios que envolvem a construção de ambientes inclusivos, o município de Umuarama-PR demonstra um olhar sensível para a educação especial na perspectiva da inclusão, à medida que possibilita a valorização da rede de apoio; oportunizam momentos de trocas entre professores, gestão pedagógica e comunidade; e realizam a disponibilidade de recursos e formações continuadas para os professores e todos que compõem o ambiente escolar, que são facilitadas inclusive pela utilização das TICs. Logo, percebe-se que estas iniciativas estão articuladas as publicações da UNESCO que influenciam diretamente nas orientações para a construção das políticas educacionais nacionais.

Em síntese, após apresentadas as temáticas e conhecimentos desvelados através do *POD PROFEI UEM*, entendemos que este produto educacional formativo possibilita aos ouvintes, a interligação entre a teoria e a prática, e se constitui como um recurso que favorece o processo de formação para os docentes, gestores e/ou pesquisadores. Isso porque este material contém conhecimentos sobre as orientações da UNESCO para a formação de professores e possibilita a sua articulação com as iniciativas do município, o que pode ampliar os conhecimentos e as reflexões sobre as práticas e os desafios que envolve a construção das escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRAGA, Karla Michelle de Meneses Caeiro. Podcast: utilização da mídia como instrumento na educação formal. RECITE -**Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 2018. Disponível em: <<https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/32>>. Acesso em: 20 Nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

COUTINHO, Laura Maria. **Aprender com o vídeo e a câmera: para além das câmeras as idéias. Integração das tecnologias na educação: salto para o futuro**. Brasília: Ministério da Educação. Seed, p. 18-21, 2005.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FREIRE, Gabriel Gonçalves; ROCHA, Zenaide de Fatima Dante Correia; GUERRINI, Daniel. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR– Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Revista Polyphonia**, v. 28, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. Podcast: novas vozes no diálogo educativo. **Revista Interações**, v. 9, n. 23, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIBBINS, Michele. **The perceived usefulness of podcasting in higher education: A survey of students attitudes and intention to use**. MWAIS 2007 Proceedings, p. 6. 2007. Disponível em:<<https://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1085&context=mwais2007>>. Acesso em: 15 Nov. 2023.

INFANTE, Isabel. Emissões Livres. In: **Revista Exame Informática**, nº 130, Abril, 106-109, 2006.

KÁPLUN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**, 5(14): 68-75, 1999.

KENSKI, Vani Moreira. **Cultura Digital**. Campinas: Papirus, 2018.

LEE, Mark JW; CHAN, Anthony. Pervasive, lifestyle-integrated mobile learning for distance learners: an analysis and unexpected results from a podcasting study. **Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning**, v. 22, n. 3, p. 201-218, 2007.

LEMOS, André. **Cibercultura – tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002. Disponível em:<<https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>>. Acesso em: Mar. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 159, p. 38-63, 2016.

NUZUM, Eric. **Make noise a creators guide to podcasting and great audio storytelling**. [e- book]. Workman publishing, New York, 2021.

PACHECO, José Augusto. Currículo e inclusão escolar: (in)variantes educacionais e curriculares. **Revista Teias**, [S.l.], v. 17, n. 46, p. 110- 124, set. 2016. ISSN 1982-0305. Disponível em:<<https://doi.org/10.12957/teias.2016.25648>>. Acesso em: 12 de out. 2023.

PACHECO, José. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTANA, Mariela. **La Enseñanza de las Matemáticas y las Nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación**. 2004. 854 f. Tese (Doutorado) -Curso de Pedagogia, Departamento de Pedagogía Facultad de Ciencias de La Educación y Psicología, Universitat Rovira I Virgili, Tarragona, 2004. Disponível em: <<https://www.tdx.cat/handle/10803/8927?show=full>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SCAVONI, Mariana Paula Pereira. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. 195fls. (p. 40 a 52 e p.106 a 125). Disponível em:https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136268/scavoni_mpp_me_mar.pdf?sequence=3, Acesso em 20 de dez. 2023.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772/9772>>. Acesso em 20 de dez. 2023.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 733-768, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, Maurício Severo da. **O uso do Podcast como recurso de aprendizagem no ensino superior**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019. Disponível em:<<https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/3f3b71e5-1dd7-46b4-8c36-bd015b5c823b/content>> Acesso em: 10 de nov. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. In: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (Orgs). Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

Notas Finais

Agradeço imensamente aos participantes da pesquisa pelas grandes contribuições e a todos os profissionais engajados para a construção de novas ações necessárias para superação dos desafios que envolve a efetivação da escola inclusiva. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) .

ANEXO 1: TCLE: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: AS ORIENTAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) DE 1945 ATÉ A ATUALIDADE

Pesquisador: MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68744523.0.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.189.110

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2103406.pdf	19/08/2023 15:13:02		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO_BROCHURA_VERSAO_LIMPA_PENDÊNCIA.docx	19/08/2023 15:07:59	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Investigador	PROJETO_BROCHURA_VERSAO_LIMPA_PENDÊNCIA.docx	19/08/2023 15:07:59	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_BROCHURA_PENDENCIA_REALCE_NEGRITO.docx	19/08/2023 15:07:47	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIA.docx	19/08/2023 15:07:31	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_VERSAO_LIMPA_PENDENCIA.docx	08/08/2023 22:09:05	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PENDENCIA_REALCE_NEGRITO.docx	08/08/2023 22:08:58	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_SEDUC.pdf	12/04/2023 16:52:42	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf.pdf	19/03/2023 17:52:20	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Questoes_entrevista_podcast.docx	14/03/2023 22:33:28	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 18 de Julho de 2023

Assinado por:

Maria Emília Grassi Busto Miguel
(Coordenador(a))

ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP)

Envolvendo Seres Humanos da UEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa **FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: AS ORIENTAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) DE 1945 ATÉ A ATUALIDADE** que está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – PROFEI, orientado pelo professor Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE/UEM). O objetivo geral da pesquisa é: Analisar as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) presente nos seus documentos educacionais no que tange a formação de professores em educação especial de 1945 até a atualidade, estabelecendo sua relação com o contexto político, econômico e ideológico de cada época. Para atender a esse propósito, pretendemos seguir alguns passos que envolvem a análise prévia dos documentos educacionais da UNESCO no que tange a formação de professores em educação especial de 1945 até a atualidade; posteriormente relacionar estes dados ao estudo bibliográfico, sobre as características do contexto político, econômico e ideológico desse período; e também analisar a evolução de concepções sobre educação especial ao longo dos anos de 1945 até a atualidade e sua relação com as orientações para a formação de professores.

Em seguida, como resultado desse estudo bibliográfico e documental, pretende-se articular a teoria à prática, a partir da realização de um estudo de caso, nesse processo, pretendemos elaborar um podcast que será divulgado, como produto educacional, aos professores da rede pública do município de Umuarama e demais interessados com o propósito de estimular os professores em suas reflexões sobre a educação especial, e a importância da constante formação continuada específica para orientar suas práticas, estas, resultado das orientações da UNESCO que influenciam diretamente na construção das políticas educacionais.

Ademais, para a concretização desta pesquisa, a sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: pretende-se que a entrevista seja realizada presencialmente,

na Prefeitura Municipal de Umuarama, em uma sala fechada do departamento da Secretaria de Educação, em horário comercial e previamente definido, e será gravada como arquivo de mídia em áudio, com o auxílio de aparelho celular, e a partir do consentimento das pessoas envolvidas. Assim, nos dias e horários definidos, e de acordo com a disponibilidade dos participantes da pesquisa, os mesmos responderão a uma entrevista semiestruturada com cinco questões abertas. O tempo de duração da entrevista dependerá da interação entre pesquisador e entrevistados, não sendo previamente definido. A partir dos resultados dessa gravação, será possível à produção de um podcast informativo, pelo qual, pretende-se, somente após aprovação dos envolvidos, o envio e reprodução do áudio em formato de podcast aos e-mails institucionais das escolas, dos professores e seus respectivos grupos de aplicativos de mensagens, de modo a apresentar os resultados da respectiva pesquisa e a sua articulação a realidade local da cidade de Umuarama-PR.

Os direitos éticos dos participantes devem ser integralmente respeitados conforme Resolução CNS nº 466 de 2012, Norma Operacional 001/2013 do CNS e Comitê de Ética em Pesquisa da UEM (COPEP). A realização deste estudo só pôde acontecer após a aprovação do COPEP, comitê que avalia e aprecia a ética da pesquisa de modo a garantir que não haja violação ética em relação aos participantes do estudo. Dessa forma, convém esclarecer sobre possíveis riscos éticos de participação na pesquisa e potenciais medidas para saná-las. Um dos possíveis riscos da pesquisa aos participantes é possíveis sentimentos de incômodo, desconforto, inibição, vergonha, receio em opinar ou dúvidas acerca das questões a serem perguntadas. Para minimizar esse risco as perguntas semiestruturadas serão encaminhadas com antecedência aos envolvidos na entrevista para que estes possam se preparar com antecedência e/ou alertar previamente sobre o desejo ou não em responder qualquer uma das questões.

Outros riscos poderão surgir, e envolvem o uso dos meios eletrônicos, do ambiente virtual, e a gravação de sons com limitações das tecnologias utilizadas. Neste caso, destacamos que estas gravações ficarão à disposição dos envolvidos para contribuições nas suas edições. Ademais, esta situação, também revela o risco sobre as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação com o uso das tecnologias. Diante dessa realidade, salientamos que as informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas durante toda a produção com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, e o produto educacional em mídia: “Podcast” somente será divulgado, após aprovação de todos os envolvidos, que terão acesso, durante todo o processo, aos resultados da pesquisa.

Se necessário, o pesquisador estará à sua disposição para auxiliar na minimização desses possíveis desconfortos. É importante destacar que é um direito do participante da pesquisa a plena liberdade de decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem que isto lhe acarrete qualquer ônus ou prejuízo.

Contudo, gostaria de ressaltar que sua participação é extremamente importante e que um dos benefícios advindos da pesquisa é a possibilidade e oportunidade dada aos envolvidos de esclarecer e comunicar por meio da pesquisa informações sobre o trabalho do município na formação de professores em educação especial, o que permitirá a veiculação de conhecimentos sobre o trabalho do município, aspecto ainda não abordado em pesquisas acadêmicas e científicas anteriores. Por outro lado, cabe informar aos participantes da pesquisa que surgirão benefícios para a área de estudo das políticas públicas educacionais no campo acadêmico e profissional, ampliando os respectivos conhecimentos dos professores e gestores acerca das orientações internacionais da UNESCO, contribuindo, também, para a atuação e articulação da gestão pedagógica.

Pesquisas dessa natureza configuram-se primordiais uma vez que, além de apresentar as concepções de educação especial e de formação de professores ao longo da história, fornecem informações sobre como organizar e implementar a formação em educação especial tornando as escolas um espaço para a educação inclusiva.

Caso ainda exista a necessidade de maiores esclarecimentos, é possível nos contatar por meio dos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento. **Este termo deverá ser preenchido e assinado em duas vias de igual teor, sendo uma delas, da pesquisadora e a outra será entregue aos participantes da pesquisa.**

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e pelo aluno, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isso deve ser feito por ambos a fim de garantir, às duas partes, o acesso ao documento completo.

Eu,.....

declaro que recebi todos os esclarecimentos necessários e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Professor Doutor Mário Luiz Neves de Azevedo.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datilos

Eu, Angélica Ianqui Coutinho declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida em relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador ou orientador, conforme o endereço abaixo:

Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo
Tel: (44) 98824-7466

Pesquisador: Angélica Ianqui Coutinho
Endereço completo: Rua Expedicionário Adolfo Teza, 3581,
Zona VII, Umuarama-PR
Telefone: (44) 999478071
e-mail: angelica_ianqui@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM (COPEP), no endereço abaixo:

Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4.
CEP 87020-900. Maringá-Pr.
Fone/WhatsApp:(44)3011-4597
E-mail: copep@uem.br
Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 11h30 e 14h às 17h30.